



## REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL, MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E OS REBATIMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Kleylenda Linhares da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo trata do contexto no qual se desenvolveu a crise do capital, retratando os principais rebatimentos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. Destacamos também o processo de contrarreforma do Estado e as implicações nas políticas sociais. Mediante esse contexto, enfocamos, de modo particular, as mudanças que vem ocorrendo no trabalho do(a) assistente social, em especial os novos desafios apresentados na contemporaneidade, como as novas demandas, os novos campos de atuação para o assistente social e a crescente precarização nas condições e relações de trabalho, que fazem parte, em um prisma geral, da conjuntura estabelecida pela sociedade do capital.

**Palavras-Chave:** Reestruturação do capital. Contrarreforma do Estado. Mudanças no mundo do trabalho. Serviço Social.

### ABSTRACT

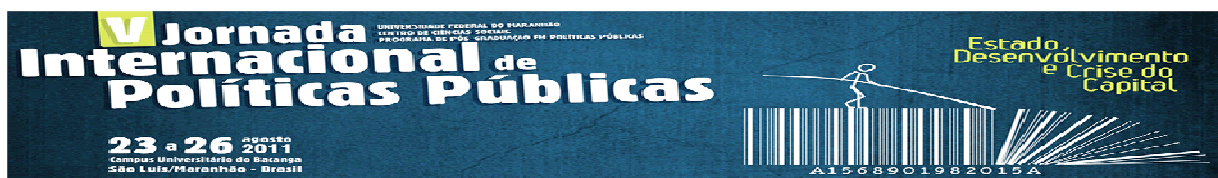
The article examines the context in which the Great Depression of the capital depicting the major repercussions of the restructuring process in the workplace. We also highlight the process of counter-reforms of the state and the implications for social policies. Under this context we focused in particular the changes occurring in the work of social worker especially the new challenges posed by contemporaneity, as the new demands, new fields for the social worker and the growing insecurity in the conditions and labor relations, part in a general perspective the situation established by society of capital.

**Keywords:** Capital restructuring. Counter-reforms of the state. Changing world of work. Social work.

## 1 INTRODUÇÃO

Mediante um contexto de reestruturação produtiva do capital, no qual também observamos o enxugamento da esfera estatal com a área social, as condições e relações de trabalho em todas as esferas da sociedade tendem a sofrer flexões. Sendo o Serviço Social uma profissão a qual irá se desenvolver a partir da divisão social e técnica do trabalho, observa-se que tais mudanças

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).  
[kleylenda@hotmail.com](mailto:kleylenda@hotmail.com)



interferem significativamente no exercício profissional dos(as) assistentes sociais. Esse artigo se propõe a discutir quais são, a partir da realidade exposta, os novos desafios apresentados aos(as) profissionais do Serviço Social.

Certamente, não conseguiremos, nesse trabalho, contemplar a totalidade dos rebatimentos que a profissão vem sofrendo a partir do processo de reestruturação produtiva do capital. Contudo, buscaremos suscitar esse debate, enfocando os principais pontos que repercutem no Serviço social. Enfatizamos que nosso olhar estará voltado para o(a) assistente social a partir de um prisma que o(a) concebe como sujeito de uma realidade dinâmica, e dessa forma, nossa análise pretende situá-lo dentro da complexidade que envolve a totalidade social, ou seja, analisando não apenas o sujeito profissional, mas o contexto que o envolve – as demandas, os espaços de inserção profissional e as condições de trabalho a que o(a) profissional está submetido em seu cotidiano profissional.

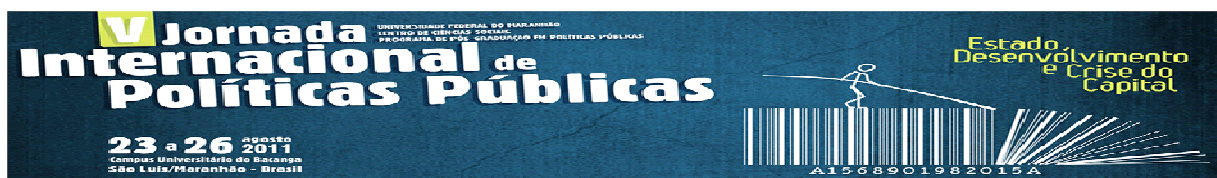
## **2 CRISE DO CAPITAL E A CONTRARREFORMA DO ESTADO: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE CONTEXTUAL**

Em meados do século XX com a grande depressão econômica dos anos de 1929, a qual persistiu durante toda a década de 1930, emergiu no mundo a chamada “grande crise” estrutural do capital. Nesse período teve destaque os elevados índices de desemprego, quedas da produção industrial, bem como quedas do produto interno bruto em vários países. Em 1970 inicia-se mais um dos ciclos desta crise, que teve por base os modelos de produção taylorista e fordista que se baseiam na produção em larga escala. A partir de então, se configura, na economia e na sociedade em geral, um quadro crítico: queda da taxa de lucro a partir do aumento do preço da força de trabalho – conquistado por meio de reivindicações sociais; maior concentração do capital; crise do estado de bem estar social o que, conseqüentemente, abriu espaço para as privatizações; flexibilização das formas de produção bem como da força de trabalho e do mercado.

De acordo com Antunes(2007), como forma de responder a sua própria crise

[...] iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] (p. 31).

A partir dessa reorganização da ideologia capitalista começa-se a estabelecer, mediante o que já foi elencado pelo autor, a reestruturação do trabalho e da produção, como estratégias do capital para conseguir se contrapor a crise. Esse quadro estabelecido pelo capitalismo se



configurava, de uma forma geral, como uma ofensiva para classe trabalhadora que necessitava vender sua força de trabalho como forma de sobrevivência.

Com o esgotamento do modelo de produção taylorista/fordista, irão surgir novas formas de gestão a partir do avanço tecnológico em que um novo modelo de produção se destaca: o toyotismo. Essa nova forma de produzir causou uma reorganização na indústria e principalmente no relacionamento trabalho x capital.

*Na esfera da produção, observa-se o aumento das taxas de lucro via crescimento da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de novas tecnologias e de novas formas de consumo da força de trabalho. Na esfera da circulação, essa reorganização incide em mudanças no mercado consumidor, determinando também novas formas de concorrência entre firmas, com base na seletividade dos mercados e no marketing da qualidade dos produtos(MOTA e AMARAL, 2008, p. 28).*

A citação acima descreve como se (re)configuram as relações de produção e de circulação das mercadorias a partir da reestruturação produtiva. Observamos que a competitividade, o avanço tecnológico bem como a expansão do capital financeiro dos países do primeiro mundo, gerava um processo de “exclusão” nos países do terceiro mundo, posto que estes não conseguiam acompanhar o ritmo do crescimento, o que acarretou uma grande taxa de desemprego e a precarização da força humana do trabalho(ANTUNES, 2007).

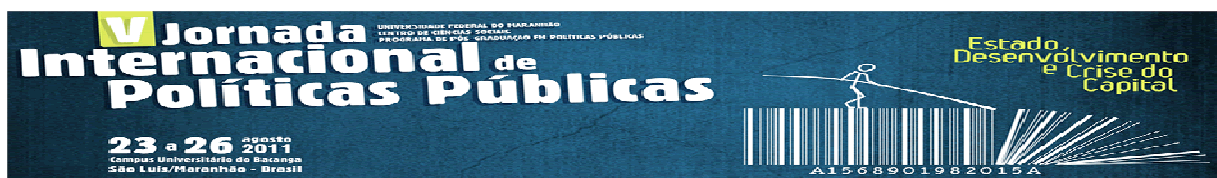
Em um prisma global, todo esse quadro estabelecido pela crise do capital tem produzido a destruição em massa das forças produtivas da natureza e do meio ambiente, sem precedentes na história da humanidade, como também tem ocasionado a ação destrutiva contra a força de trabalho humano, deixando grande parte da população fora do processo produtivo, e aumentando ainda mais o contingente de desemprego estrutural.

Mediante o contexto de crise do capital, têm-se como medidas para a sua reestruturação a implantação do neoliberalismo - medidas ideológicas e políticas que são disseminadas na sociedade do capital como forma de manter a autonomia e poderio econômico pela classe burguesa.

É a partir dessa análise que observamos a crise do fisco<sup>2</sup> vivenciada pelo Estado nos anos de 1970 e 1980, quando se deu o processo de reforma do Estado, ocorrendo inúmeras mudanças no quadro estatal. Entre elas a reforma tributária tanto da previdência quanto das legislações trabalhistas, reajuste nos gastos estatais, privatização das empresas públicas e, principalmente,

---

2 “Para O'Connor, a crise fiscal, que leva paralelamente a uma crise de legitimidade, condensa-se a partir do crescimento simultâneo dos setores monopolista e estatal; para o autor, ela tem como base a contradição básica da acumulação capitalista – a socialização da produção e a apropriação privada do seu produto –, somada a tendências particulares do capitalismo[...] e à inflação salarial do setor estatal, criada a partir do fato de o aumento de produtividade ser estimulado pela elevação do salário (cf. O'Connor, 1977: 51 citado por MONTAÑO, 2007, p. 217).



um grande recorte no financiamento do Estado na área social, “nesse ultimo aspecto, têm-se retirado da esfera estatal um conjunto de políticas e instituições sociais, nas áreas da assistência, previdência e da saúde e educação públicas”(MONTAÑO, 2007, p.218-219), sendo assim, complementa o autor:

Este processo de verdadeiro “recorte” dos recursos que financiam programas estatais na área social tem sido visto como um fenômeno natural e/ou necessário (de modernização estatal), dada a dita crise fiscal e a ineficiência(sic) do Estado, mas que tem sido acompanhada de um crescimento da intervenção da sociedade civil nessa área. Tem sido visto, portanto, como um processo de “passagem” da intervenção estatal para a intervenção comunitária na área social(p. 222).

Outrossim, compreendemos que, o que se chamou de “reforma” do Estado, seria na verdade um processo no qual a ideologia neoliberal se apropria para continuar reafirmando-se na sociedade, posto que, é justamente a partir desse processo de “contrarreforma” que o Estado irá se tornar mínimo para o social e máximo para o capital<sup>3</sup>.

Mediante a desresponsabilização do Estado – de garantir políticas públicas para os(as) cidadãos(ãs), com enfoque para o(a) trabalhador(a) – e com a disseminação da ideologia que torna a sociedade civil<sup>4</sup> responsável pela questão social, percebemos a fragmentação e o enfraquecimento das políticas sociais, através da privatização das organizações estatais, e do enxugamento dos gastos públicos, legitimando assim a lógica neoliberal. Corroborando com essa perspectiva Montañó vai dizer que:

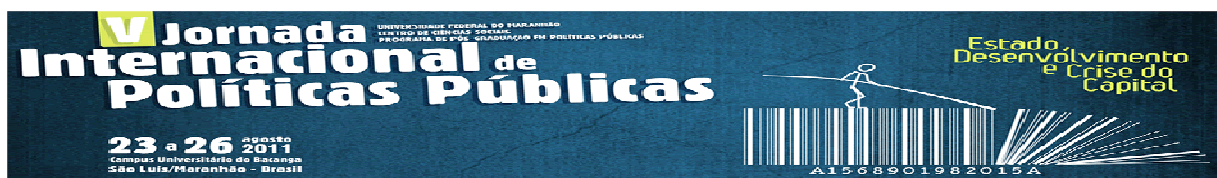
Por outro lado, para cobrir os vácuos que, na previdência e serviços sociais e assistenciais, deixa este novo Estado minimizado, as respostas à “questão social” são privatizadas e transferidas à sociedade civil (empresarial – se lucrativas –, ou não – se deficitárias), que vende ou fornece gratuitamente os serviços sociais (MONTAÑO, 1999, p. 65).

Percebemos que o uso da suposta escassez de recursos é apontado como justificativa para a retirada do Estado no que diz respeito a sua responsabilidade social. Dessa forma, se por

---

<sup>3</sup> “O ajuste neoliberal da crise preconiza a defesa do mercado livre, como pressuposto da liberdade civil e política; a desregulamentação da economia e da administração; a configuração do Estado mínimo, porém máximo para o capital”(NETTO, 1993 citado por ALENCAR, 2009, p. 451).

<sup>4</sup> O conceito de sociedade civil tende a ser expresso de forma diferenciada, em virtude de como se configuram as relações sociais dentro dos processos históricos. De acordo com Marx e Engels “o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante”(1977, p. 111). Numa perspectiva mais recente observamos: “Chama a atenção à tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil, cuja polissemia é patente. A sociedade civil é reduzida a um conjunto de organizações – as chamadas entidades civis sem fins lucrativos –, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despoltização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e “complementares”, destituída de conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços da solidariedade” (IAMAMOTO, 2009b, p.365).



um lado o Estado se coloca respondendo as expressões da questão social através da manutenção precária das políticas públicas sociais e assistenciais, fornecidas gratuitamente a população, por outro lado, observa-se a (re)mercantilização dos serviços sociais transformados em mercadoria, que são vendidos ao(a) consumidor(a), consolidando o fornecimento empresarial de serviços sociais à população que pode pagar pelos mesmos. Outra forma de responder à questão social – sendo essa direcionada ao terceiro setor – é a (re)filantropização, isso se dará na medida em que vários segmentos da população ficarão, de um lado, sem assistência do Estado e, de outro, não poderão ter acesso aos mesmos pela via privada. Dessa forma, essa responsabilidade é repassada para a sociedade civil que irá responder a essas demandas por meio da filantropia e através de práticas caritativas.

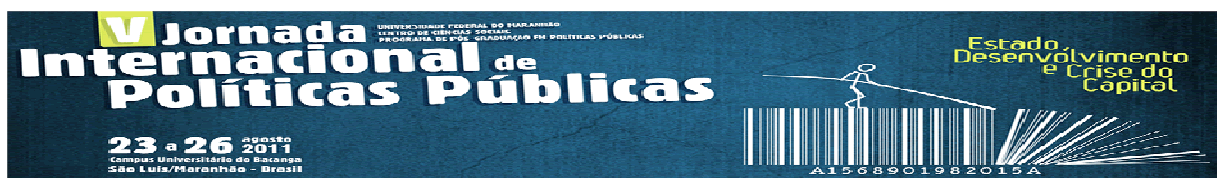
### **3 AS MUDANÇAS PROVENIENTES DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E OS REBATIMENTOS NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

É a partir desse novo quadro global – em que o capital (re)cria estratégias para se fortalecer, trazendo grandes transformações para o mundo do trabalho – que nos perguntamos: como tais mudanças têm rebatido nos(as) profissionais do Serviço Social? Ou, dito de outra forma, como isso repercute no cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais?

O primeiro ponto a ser enfatizado é que com o enxugamento da esfera estatal com a área social, há a flexibilização nas condições e relações de trabalho no âmbito estatal, o que repercute diretamente na forma dos serviços prestados aos(as) usuários(as). Mesmo assim, historicamente o setor público tem sido, e permanece ainda, como

[...] o maior empregador de assistentes sociais, sendo a administração direta a que mais emprega, especialmente nas esferas estadual, seguida da municipal. Constata-se uma clara tendência à *interiorização da demanda*, o que coloca a necessidade de maior atenção à questão regional e ao poder local(IAMAMOTO, 2009, p. 123).

Sendo assim, a partir do processo de descentralização das políticas públicas, com a ênfase na municipalização dos serviços, ampliam-se os espaços de atuação do(a) assistente social, o(a) qual passa a desenvolver atividades voltadas para o controle social



a partir de sua inserção nos conselhos de políticas públicas, bem como por meio da elaboração de planos, programas e projetos sociais, e, ainda, na avaliação das políticas implementadas. Tais ações se somam a tradicional atuação no âmbito da execução das políticas sociais.

Desta feita, e com o agravamento da questão social, o mercado de trabalho se (re)configura, surgem novas possibilidades de trabalho para os(as) assistentes sociais, em que observamos, especialmente, nas empresas privadas e nas organizações da sociedade civil novos espaços socioinstitucionais e novas demandas.

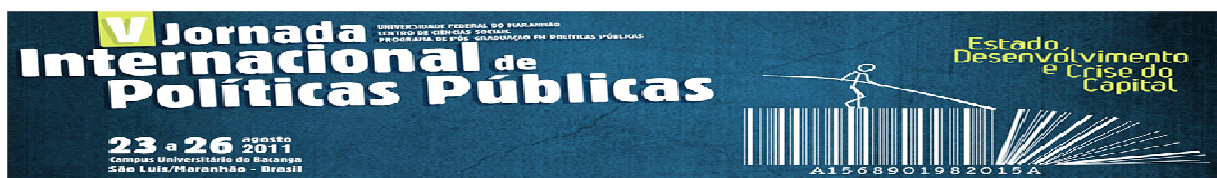
As estratégias para responder à *questão social* têm sido tensionadas por projetos partidários e político-institucionais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas desde o final dos anos oitenta, e convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2009b, p.357-358).

Nesse sentido, o Serviço Social está inserido em processos de trabalho nos quais são discutidas as possibilidades e desafios que perpassam a atuação dos(as) assistentes sociais com enfoque para as novas demandas e locais de inserção profissional. Essas novas demandas que surgem para o Serviço Social também implicam mudanças nos sujeitos profissionais, que necessitam de melhor qualificação e capacidade para lidar com novas situações.

Já com relação aos espaços socioprofissionais vê-se no cenário atual uma grande expansão das chamadas organizações sociais, sobretudo das ONGs, instituições privadas sem fins lucrativos, instituições filantrópicas e de cunho caritativo. Nessas instituições os atendimentos são voltados para segmentos e grupos específicos, tendo por base o princípio da seletividade no atendimento social. O trabalho do assistente social “passa a ter, portanto, sentidos e resultados sociais bem distintos, o que altera o significado social do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência”(ALENCAR, 2009, p.458).

Outro ponto a se destacar ainda, é o fato das políticas públicas se configurarem como respostas do Estado às expressões da questão social, isso implica dizer que se elas modificam suas orientações e funcionalidades, conseqüentemente a diminuição e precarização das mesmas irão refletir de forma negativa para a profissão – sendo elas em potencial parte do instrumental que irá mediar à atuação dos(as) assistentes sociais na sociedade.

Não obstante toda realidade já exposta, o estímulo a expansão das práticas como o voluntariado, representa ainda a expansão do chamado terceiro setor como um campo alternativo, sendo o mesmo considerado pelo discurso neoliberal como substituto do Estado tido como



insuficiente para o social (OLIVEIRA, 2005). Isso significa dizer que as políticas sociais públicas serão transferidas à esfera do terceiro setor, e que, por vezes, serão desenvolvidas sob o prisma de ações filantrópicas descaracterizando a execução de tais políticas como dever do Estado e direito do cidadão.

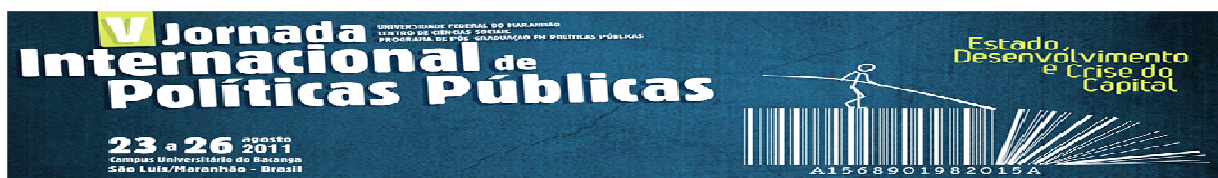
Esse novo quadro social gera em todas as esferas de atuação profissional do(a) assistente social grande precarização nas condições e relações de trabalho. Na esfera governamental observa-se redução dos direitos do trabalho a partir da precarização dos vínculos empregatícios, sobretudo na área da assistência social, em que a forma de inserção institucional se dá a partir de seleções de pessoal, soma-se a isso o sucateamento dos ambientes de trabalho, a escassez de recursos para a implementação das políticas públicas, entre outros aspectos.

Na área privada, como fora já citado, o(a) assistente social é chamado(a) a intervir diretamente na área dos recursos humanos, a fim de (re)criar – a partir dos moldes capitalistas – comportamentos favoráveis à produção da força de trabalho, com destaque para os Círculos de Controles de Qualidade (CCQs) e dos programas de qualidade total.. Aqui destacamos que as relações de trabalho serão perpassadas, de modo especial, pela correlação de força e a autonomia relativa do(a) profissional, muitas vezes, vai se configurar como peça fundamental para sua intervenção, posto que, de um lado, ela poderá levar o(a) profissional a se retrair e, em suas ações, reproduzir o discurso<sup>5</sup> apregoado pelos empregadores das instituições; e em outro viés, ele(ela) poderá também realizar ações pautadas no Projeto Ético-Político profissional, a fim de garantir a consolidação da cidadania, a partir da luta pela efetivação dos direitos relativos ao trabalho.

Já, no terceiro setor o trabalho dos(as) assistentes sociais, dentre outras atividades, está pautado na execução de políticas sociais, através da elaboração de projetos para captação de recursos, voltados para um público específico bem como na implementação e avaliação dessas políticas e projetos sociais. Os desafios que relacionam a ação profissional do(a) assistente social neste setor são inúmeros, destacamos as contradições apresentadas no cotidiano profissional como o retorno as práticas filantrópicas, à crescente desprofissionalização do assistente social, as condições de trabalho precarizadas, rotatividade de profissionais, entre outros. Porém tal espaço requisita a intervenção do(a) assistente social a qual deve se dar pautada a partir dos princípios que norteiam o Projeto Ético-Político desta profissão.

---

5 Esse discurso se torna, por vezes, estratégia ideológica dos burgueses para reafirmar a alienação que perpassa as relações de trabalho nas empresas, posto que, a partir da ideia do cooperativismo – dentre outras – o empregado pensa ser dono da produção, assim como o proprietário da empresa. Isso não se concretiza no plano da realidade, pois quem dispõe dos meios de produção, assim como da mais-valia (lucro adquirido com a parte do salário não paga ao trabalhador) é o capitalista dono de determinada empresa de trabalho.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se mais que necessário situar no Serviço Social os aspectos que envolvem as mudanças provenientes do processo de reestruturação produtiva. Pois sendo esta uma profissão que se redefine a partir do contexto histórico e social, é válido destacar que o ciclo de reprodução do capital, ao promover mudanças no consumo da força de trabalho e na forma de organização do trabalho e, modifica também as práticas sociais que incidem na reprodução material e espiritual da força de trabalho, na qual estão inseridos os assistentes sociais.

Tais mudanças redimensionam a atuação profissional dos(as) assistentes sociais na sociedade, tendo em vista as alterações no contexto que envolvem as políticas sociais, que além de sua descentralização no setor público, se expandem e passam a ser desenvolvidas por entidades da sociedade civil sobre o discurso da “ajuda” e “solidariedade” humana. Elas afetam, de modo especial, as condições e relações de trabalho em todas as áreas de atuação dos(as) assistentes sociais, principalmente no terceiro setor no qual prevalecem elevadas cargas horárias e vínculos empregatícios por meio de contratos temporários.

Cabe mencionar a importância da Lei nº 12.317/2010 - que reduz a carga horária do(a) assistente social para trinta horas semanais, sem redução salarial - para os(as) profissionais do Serviço Social, no sentido de que tal lei vem se contrapor as elevadas cargas horárias a que o(a) assistente social é submetido(a), garantindo melhores condições de trabalho para a categoria profissional nos seus espaços de inserção profissional.

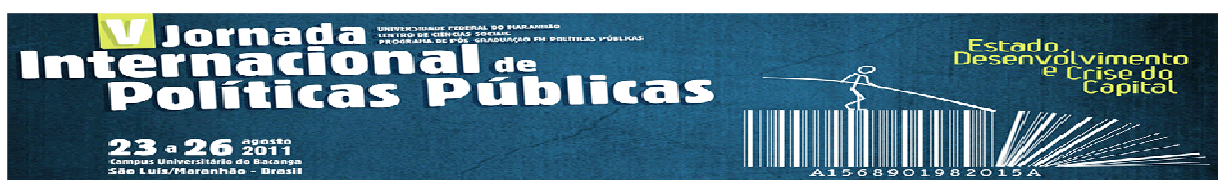
#### REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.





\_\_\_\_\_. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

MOTA, Ana Elizabete & AMARAL, Ângela Santana do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social.** In: A nova fábrica de consensos: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. Ana Elizabete Mota(organizadora) 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade civil”:** Estado e “terceiro setor” em questão. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 59. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Livia Maria de. **A materialização do projeto ético-político do Serviço Social no cotidiano profissional em ONG's de Mossoró-RN.** Trabalho monográfico apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mossoró, 2005.